

**AO JUÍZO DA XX VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXX - DF.**

processo nº XXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXX, já qualificado nos autos, vem por intermédio da Defensoria Pública, ante ao teor da certidão de fl. **xx**, **ESPECIFICAR PROVAS** aduzindo para tanto, o que se segue.

A partir de análise da resposta aos embargos apresentada à fl. **xx**, verifica-se que **o ponto controvertido é se a proposta paga pelo Réu/Embargante (fl. xx) se refere ao contrato *sub judice* ou a outro contrato, como alegado pelo Autor/Embargado.**

Diante disso, o autor pugna pela **inversão do ônus da prova**, nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC¹, a fim de que o **Autor/Embargado comprove a que contrato se refere o comprovante de fl. xx, juntando seu instrumento.**

Observe-se **que a verossimilhança da alegação do autor está consubstanciada no documento de fl. xx**, que

¹ Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:
(...)

VIII - a **facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova**, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência;

demonstra que o **Autor/Embargado** vinha fazendo propostas de pagamento do débito por valor bem inferior ao do saldo devedor.

A hipossuficiência é de também evidente, eis que o **Réu/Embargante não tem meios para produzir a referida prova** – até porque **nega possuir qualquer outro contrato** com o grupo Itaú-Unibanco – **enquanto ao Autor/Embargado é muito simples acostar aos autos qualquer contrato eventualmente celebrado por aquele, incluindo o que, segundo ele, teria sido quitado por meio do documento de fl. xx.**

A pretensão autoral encontra esteio, ainda, no **art. 373 do Código Civil, que veio positivar a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, *verbis*:**

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos casos previstos em lei ou **diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso**, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

Ex positis, pugna pela intimação do **Autor/Embargado para que comprove a que contrato se refere o comprovante de fl. xx, juntando seu instrumento, sob pena de se presumir que esse refere-se ao contrato *sub judice*, que estaria, portanto, quitado.**

XXXXXXXXXX – DF, XX de XXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL